

Meio Ambiente Entre Limites e Possibilidades

Gustavo Krause

A análise da evolução histórica do entendimento brasileiro da questão ambiental evidencia que, além das clarividentes reflexões encontradas em respeitáveis brasileiros sobre a relação entre progresso e meio ambiente - José Bonifácio propiciaria a primeira visão do que equivaleria ao “uso sustentável” dos recursos naturais -, constata-se que a cada ciclo de crescimento econômico sucedia um panorama desolador de graves passivos ambientais.

De todos os modos, a consciência ambiental, a mais subversiva das consciências críticas, é coisa de nosso tempo. Sua singularidade consiste em que, tendo uma forte componente política, não está à esquerda nem à direita do espectro ideológico. Simplesmente, está adiante.

A sua mensagem pode ser resumida na sugestão do filósofo francês Michel Serres: trata-se de algo inspirado no “Contrato Social”, mas assumindo um caráter novo, isto é, a forma de “Contrato Natural” entre o homem e a natureza. Expressa-o também a idéia de sustentabilidade, definida como um projeto ético. Seria o corolário de tal entendimento, espera-se, que o adjetivo sustentável venha a tornar-se desnecessário para qualificar o desenvolvimento.

Ainda que a questão ambiental veja-se constrangida a uma prática gerencial sob a pressão de profundos antagonismos, são inegáveis os avanços alcançados no Brasil. Tais avanços dão-se em relação à responsabilidade da cidadania; ao compromisso social das empresas; ao aperfeiçoamento do comando e controle aos mecanismos de incentivos e desincentivos às atividades econômicas quanto ao impacto no meio ambiente; observando-se ainda clara indução à adoção de tecnologia limpa nos processos de produção, inclusive para atender a um mercado cada vez mais exigente quanto às políticas social e ambientalmente corretas.

Sem pretender que se deixe de reconhecer o quanto falta fazer, se olharmos para os avanços constatados nos últimos 50 anos, podemos cultivar um procedente sentimento de esperança.

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

Pois bem, tal qual Manuel Bandeira, nossos descobridores diante da nudez tropical tiveram, também, seu primeiro alumbramento.

O alumbramento está registrado em Caminha: aquele imenso Pau-Brasil possuía terra fértil e “águas infindas” (infelizmente, hoje, escassas).

No ato fundador do Brasil, dois olhares conflitavam-se: o olhar renascentista, a visão edênica cheia de arrebatamento romântico, proclamando o mito do paraíso perdido; o olhar cúvido da ambição econômica, vislumbrando um projeto de exploração em nome da grandeza do reino.

É o que informa uma incursão, ainda que superficial, na literatura colonial sobre a natureza brasileira.

Em síntese, é laudatória, acrítica, melancólica e sentimental. Todavia, é possível registrar as primeiras “eco-reflexões” em Frei Vicente Salvador e Ambrósio Fernandes, por exemplo. É provável que a primeira visão de “uso sustentável” dos recursos naturais esteja em José Bonifácio, o Patriarca da Independência.

Por sua vez, a centralidade política do tema no século XIX foi subscrita pela admirável antevisão de abolicionistas liberais e reformistas, como foi o caso de Nabuco e Rebouças. Para Nabuco, o diagnóstico ambiental do Brasil era dos mais desalentadores e, na visão dele, o vetor da destruição era a escravidão: “onde ela (a escravidão) chega, queima as florestas, minera e esgota o solo, e quando levanta suas tendas deixa após si um País devastado em que consegue vegetar uma população miserável de proprietários nômades” (O abolicionismo, Petrópolis. Ed. Vozes, 1977, p.155).

É curioso notar que, no Projeto Nacional de Nabuco e Rebouças, o capitalismo moderno teria como base o uso correto e eficiente dos recursos naturais. Para eles, a luta pela natureza se confundia com a luta pela civilização.

Outra voz extraordinariamente lúcida que segue a tradição crítica, em plena era do cientificismo, é de Euclides da Cunha. Para o autor de Os Sertões “temos sido um agente geológico nefasto, e um elemento de anta-

gonismo terrivelmente bárbaro da própria natureza que nos rodeia (...) não há exemplo mais típico de um progresso às recuadas. Vamos para o futuro sacrificando o futuro, como se andássemos nas vésperas do dilúvio” (Obra completa, Rio, Ed. José Aguilar, 1966, Vol. I, p. 181).

Simplesmente profético.

Por sua vez, Alberto Torres, em *A organização nacional*, na segunda década do século XX, é contundente quanto aos rumos do projeto civilizatório: “a civilização humana é produto do sacrifício da terra ao impulso das cobiças incontidas”. No mesmo sentido, o autor escreve: “o homem tem sido um destruidor implacável e voraz das riquezas da terra, toda vida histórica da humanidade tem sido uma vida de devastação e esgotamento do solo, de incêndio de tesouros e de florestas, de saque de minérios ao seio da terra, de esterilização da superfície” (*O problema nacional*, São Paulo: Ed. Nacional, 1978, p. 94).

Com efeito, o que fica evidente, além das clarividentes reflexões encontradas em respeitáveis brasileiros sobre a relação entre progresso e meio ambiente, é a constatação, plenamente atual, de que, a cada ciclo de crescimento e prosperidade econômica sucedia um panorama desolador de graves passivos ambientais.

Importante ressaltar que o objetivo das referidas considerações não é a condenação do projeto colonizador, até porque toda ação colonizadora é, por definição, predadora no seu sentido mais amplo, e sim, realçar que no passado, parte da inteligência brasileira antecipava, ainda que sem efeitos práticos, um debate que toma conta da atualidade histórica, bem como enfatizar que o que está em jogo não é um projeto de desenvolvimento de determinado país, mas um modelo de civilização.

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO NO MUNDO

A emergência da consciência ambiental e a busca de um novo rumo

A lógica do projeto civilizatório está assentada sobre duas falácias: a da infinitude dos recursos naturais; a do crescimento econômico, a qualquer preço, como um bem.

Uma conta simples demonstra que é preciso mudar de rumo: em 95 anos a população do planeta quadruplicou e a economia cresceu quase 40 vezes.

Resultado: o mundo está mais próximo do congestionamento do espaço do que da amplidão do vazio.

Outra constatação indiscutível: o ecossistema é finito e regido por leis naturais inflexíveis.

Conclusão: chegamos a um dilema civilizatório.

Em resumo: seguimos o mesmo caminho e marchamos inevitavelmente para uma rota de colisão sacrificando a própria vida; ou mudamos o rumo, construindo um novo modelo de civilização capaz de assegurar à humanidade um futuro comum.

No princípio, o verbo não fora ouvido; agora, o limiar da catástrofe é, por todos, sentido.

Juntou-se ao grito dos homens, “o grito da terra”, magistral expressão de Leonardo Boff.

Homem e terra se uniram no mesmo grito para mandar a seguinte mensagem:

(a) existe, hoje, uma nova consciência, a consciência ambiental, a mais subversiva das consciências críticas, que é, também, um propósito estratégico;

(b) a base teórica da subversão ambiental, diferente de toda ideologia revolucionária não tem dono. É um vasto condomínio doutrinário que está em cada cidadão e no conjunto dos cidadãos, este novo ator político, chamado de sociedade civil mundial. Também não é uma verdade revelada, traduzida por vulgatas. Como é novinha em folha, não tem que prestar contas de direitos autorais a velhos fantasmas;

(c) desta forma, o impacto da subversão ambiental tem uma forte componente política. Esta dimensão tem no pluralismo, na diversidade cultural, na participação democrática e gestonária seus elementos estruturadores. Não está à esquerda, nem à direita do espectro ideológico. Simplesmente, está adiante. Por estas e outras, assusta os espíritos mais conservadores. Também, porque propõe uma utopia concreta, mais ambiciosa porque não se enquadra na política do possível. Busca as fronteiras do impossível porque enxerga o futuro com os olhos do que ainda é sonho. Sonho que passa pela reinterpretação do progresso e pela reconstrução de paradigmas o que, no fundo, é uma luta em favor do futuro. E, convenhamos, nada é mais ingrato do que lutar pelo futuro. O futuro não fala. Não vota. Não regala seus defensores com benefícios imediatos. Faz adversários à vista e aliados a prazo quando, todos estarão, inevitavelmente, mortos;

(d) a subversão ambiental produz outros impactos. Bate de frente, por exemplo, no conjunto de valores cristalizados e dominantes. A idéia ambiental é um terremoto para a homogeneidade massificadora porque dá musculatura e força ao valor das diversidades. Faz prevalecer o qualitativo sobre o quantitativo. Resgata a harmonia na medida em que propõe uma disposição bem ordenada entre as partes de um todo, dado que harmonia é uma ordem autônoma, não imposta. Faz imperar a noção de equilíbrio sobre um desequilíbrio sistêmico produzido pelos “máximos”: o máximo do consumo, o máximo da produtividade, o máximo do prazer, o máximo

da fruição aqui e agora;

(e) os valores da ética e da estética passam a integrar a complexidade do cálculo econômico tradicional e sugere a adoção de uma nova racionalidade. A racionalidade ambiental se distancia do “penso, logo existo” e recria a fórmula para um “sinto, logo compartilho”. Neste ponto, a dimensão ambiental e seus impactos no campo dos valores configuram um projeto ético ligando homens, nações e gerações sobre o alicerce da solidariedade. Entre os homens e a natureza, Leonardo Boff fala na (re)ligação para realçar o conteúdo místico de uma relação amorável de fraternidade e sororidade. E aí não basta pregar. É preciso internalizar convicções e manifestar comportamentos que superem o voraz utilitarismo e o paradigma ético-cultural do antropocentrismo. Para mudar o rumo, não é possível manter o dualismo homem/natureza e os padrões de dominação cega e caprichosa. Há de se mudar a cosmovisão e celebrar uma comunhão. Pois, homem e natureza – um, o homem, é hospede e o outro, a natureza, hospedeiro em permanente simbiose. Gaia é mátria e, conseqüentemente, útero;

(f) a subversão ambiental aponta na direção de novo padrão de relações internacionais, historicamente lastreadas na competição pela economia, no conflito pela guerra e no equilíbrio precário pela diplomacia política. Não se trata de uma visão ingênua: a competição, o poder e a força não serão revogados. Porém, na questão ambiental, não há como as relações interna-cionais negligenciarem a ética da solidariedade pela simples razão de que o desatino de um povo afetará a vida dos seus semelhantes em qualquer quadrante do planeta (a emissão de gases das potências industriais afeta o equilíbrio climático, por decorrência, o nível das águas dos oceanos e acabam com as bucólicas praias do litoral brasileiro; o corte e a queimada de florestas na Amazônia mexem com a vida dos cidadãos da asséptica e argentária Berna; os experimentos nucleares de Mururoa colocam em risco a vida em todos os lugares da terra; a chuva ácida provocada por Candiota, no Rio Grande do Sul, vai arder no espinhaço dos uruguaiois; o Comitê Olímpico certamente não trará suas competições para uma cidade bela e sedutora como o Rio de Janeiro enquanto a sujeira estiver boiando na Baía de Guanabara, os peixes agonizando na Rodrigo de Freitas e a Petrobrás pintando de preto o verde-azul dos mares cariocas).

No cenário dos novos paradigmas, surge um personagem da ecopolítica: o ecocidadão que, a despeito de celularizado, internetizado, onipresente, movido pelo “Deus da Velocidade”, é frágil e tem a própria sobrevivência ameaçada pelos descaminhos da degradação ambiental.

Desta forma, as nações não só têm compromissos com a qualidade de vida dos seus cidadãos (precisando, muitas vezes, de ar puro e água limpa), têm, também, compromissos com aqueles cidadãos separados pelas fronteiras convencionais, mas unidos, irremediavelmente, num destino comum.

Se isto é verdadeiro para o tempo atual, a questão ambiental abre os olhos das gerações presentes em relação às gerações futuras. E vem da neoliberal Thatcher a insuspeita sentença: “nenhuma geração detém a propriedade legal do planeta, tudo o que temos é um arrendamento da vida – com um contrato de reparação legal”.

Neste sentido, o filósofo francês, Michel Serres defende, a exemplo do “Contrato Social”, um novo “Contrato Natural” entre homem e natureza, considerando (para contrariedade dos juspositivistas) que esta última é um sujeito de direitos com um sólido argumento: “o que está em risco é a terra em sua totalidade, e os homens em seu conjunto. A história global entra na natureza, a natureza global entra na história: e isto é inédito na filosofia”.

Finalmente, a subversão ambiental provoca uma verdadeira “poro-roca epistemológica”. A produção do saber e do conhecimento humano passa a sofrer a influência de uma das regras de ouro da nova racionalidade ambiental - a interdisciplinaridade - racionalidade que perpassa as ciências naturais, a sociologia, a antropologia, a geografia, o urbanismo, a política, o direito e, de resto, todos os ramos do conhecimento humano. Valores universais e conhecimentos multidisciplinares, como a base conceitual e métodos para a solução de problemas concretos, são os elementos constitutivos do que Thomas Kuhn chama de paradigma. O novo paradigma é o anúncio de uma nova cultura, a cultura ambiental, a ser internalizada pelo homem, incorporada pela sociedade, na dimensão simbólica e real que, ao configurar uma nova cosmovisão, sirva como suporte para uma existência com significação. É esta cosmovisão que fecunda e fermenta um novo estilo de vida e uma reinterpretação da noção de progresso que nos chega com o nome pomposo de “desenvolvimento sustentável”.

Em outras palavras, o desenvolvimento sustentável ambiciona ser um novo rumo, um projeto de civilização lastreado num conteúdo ético: a ética intra e intergeracional.

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

A sustentabilidade é um projeto ético

De antemão, “sustentável” é um adjetivo que deve se tornar, o mais rapidamente possível, desnecessário para qualificar o desenvolvimento. Desenvolvimento ou contempla as várias dimensões da vida humana ou não é desenvolvimento. Todavia, a retórica universal consagrou a expressão. A teoria econômica e a economia política produziram inúmeras definições do que venha a ser sustentabilidade.

Não será por falta delas que o desenvolvimento deixará de ser sustentável.

Cada seguidor da “ciência lúgubre” tem uma definição: “É aquele [o desenvolvimento] em que o nível de bem-estar social não é declinante com o tempo” (Karl Cröran Mäler); “a sustentabilidade deve ser definida em termos do requisito básico segundo o qual o uso dos recursos naturais, hoje, não deve reduzir a renda real no futuro” (David Pearce); “Desenvolvimento sustentável é aquele que supre as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das futuras gerações” (Relatório Brundtland - Relatório da comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento presidida por Gro Harlem Brundtland, apresentado à Assembléia Geral da ONU em 1987).

No fundo, o desenvolvimento sustentável tende a ser um caminho que se situe entre o que o respeitável socioeconomista Ignacy Sachs chama de “abordagens reducionistas do ecologismo intransigente e do economicismo estreito e rigoroso”.

Vale dizer que entre o catastrofismo inevitável dos “Malthusianos” e o

otimismo ilimitado do “Cornucopianos” há uma longa estrada a ser percorrida pelo engenho e arte humanas na busca de uma escolha que não seja entre o desenvolvimento e o meio ambiente, mas entre padrões sensíveis ou insensíveis à questão ambiental. Mais uma vez, o engenho e arte humanas – tão capazes do bem quanto do mal – defrontam-se com a idéia de que a mesma moeda, no caso a do desenvolvimento, contenha limites e possibilidades.

Sachs opta pelo conceito de ecodesenvolvimento e, nesta construção, identifica cinco dimensões indissociáveis: a social (onde advoga a prevalência da civilização do “ser” a do “ter”), a econômica (onde defende melhor distribuição dos recursos, observado o conteúdo ético nas relações intergeracionais), a ecológica (onde confere ênfase ao uso de recursos renováveis, à conservação e reciclagem de energia e materiais, à imposição de limites objetivos dos padrões de consumo, à regulação da proteção ambiental e ao uso de tecnologias limpas), a espacial (onde propõe melhor distribuição territorial das atividades econômicas e assentamentos humanos), e a cultural (onde preconiza o respeito às diversidades culturais e às soluções locais).

A esta altura, dá para perceber e sentir o tamanho e a profundidade das contradições que encantam e assustam todos que lidam direta ou indiretamente com a questão ambiental.

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, POLÍTICAS E GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL

Uma breve avaliação de limites, possibilidades, avanços e contradições

Voltando ao ponto de partida que foi uma digressão histórica e chegando ao desafio contemporâneo que é um olhar sobre o futuro comum da humanidade, tudo contribui, sem ufanismo inconseqüente, para que o Brasil, a partir de suas potencialidades ecológicas, se transforme em importante protagonista de uma sociedade sustentável.

Para tanto não basta a ampliação da consciência ambiental e o conseqüente crescimento da rede de organizações da sociedade civil em defesa da causa; não bastam os avanços do marco institucional e os progressos registrados na estruturação do aparato estatal voltados para a gestão ambiental; também não é suficiente a boa intenção contida na retórica oficial dos discursos e das políticas; o que falta é a ruptura com a contradição fundamental segundo a qual, na prática, a questão ambiental é um tema central e estratégico para humanidade e periférica para os governos.

De outra parte, a política e a gestão ambiental contrariam interesses imediatos e predadores, concretamente representados, frente a interesses mediatos e sustentáveis, difusamente representados, o que desequilibra as forças políticas em jogo desfavorecendo os que lutam pela harmonia entre progresso e meio ambiente. Isto sem falar no modelo de gestão pública, organizado dentro de uma lógica funcional-programática o que entra em choque com a lógica matricial da gestão ambiental.

Em síntese, o gestor ambiental exercita uma prática gerencial cotidiana sob a pressão de profundos antagonismos e sob a cobrança de

resultados incompatíveis com a força política que lhe dá sustentação e com disponibilidade de meios colocados à sua disposição.

A despeito de enormes dificuldades, são inegáveis os avanços que permeiam a sociedade e o estado brasileiro em relação à questão ambiental, seja em relação à responsabilidade da cidadania, ao compromisso social das empresas, seja em relação ao aperfeiçoamento dos instrumentos do comando e controle, aos mecanismos de incentivo e desincentivos às atividades econômicas quanto ao seu impacto no meio ambiente; seja pela indução à adoção de tecnologia limpas nos processos de produção, inclusive, para atender a um mercado cada vez mais exigente quanto às políticas social e ambientalmente corretas.

Uma visão sucinta e esquemática do estado d'artes das políticas e da gestão ambiental no Brasil pode ser encontrada no trabalho de autoria de Luis Henrique Cunha e Maria Célia Nunes Coelho com o título Política e Gestão Ambiental, no livro *A Questão Ambiental – Diferentes Abordagens* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003), organizado por Sandra Baptista da Cunha e Antonio José Teixeira Guerra, na tabela transcrita, p. 48-50.

CONCLUSÃO

É POSSÍVEL TER ESPERANÇA

Ao final, cabe reafirmar que a visão estratégica de um projeto civilizatório não pode se limitar à capitulação permanente a “realpolitik”. É preciso acalentar a política como arte de perseguir o impossível. E o que seria “impossível”, visto de hoje, numa perspectiva histórica, como bases de um novo projeto da civilização?

Primeiro, elevar à categoria de direitos fundamentais do ser humano, o direito a um meio ambiente saudável;

Segundo, reconhecer a diversidade biológica, a heterogeneidade cultural e a inclusão social como valores universais;

Terceiro, consolidar nos comportamentos individuais e coletivos a presença de uma ética inter e intrageracional;

Quarto, emprestar dimensão especial às prioridades das políticas que atendam à qualidade de vida e às necessidades básicas do ser humano;

Quinto, adotar e reconhecer, como eficazes, as práticas de gestão descentralizada e participativa;

Sexto, incorporar uma dialética, uma “práxis” e um sentimento que aproximem o particular do universal, o local do global e celebrem a unidade homem/natureza.

A rigor, cabe a nós escutar e compreender os três “ecos” do grito da terra e dos homens que se resumem na ecologização do pensamento e das idéias, na ecopolitização das ações humanas e na ecotransformação do indivíduo, fenômeno a que Petra Kelly denominou de “Revolução Interior” ou “o verdejar do ser”.

Por fim, dois breves registros.

Um diz respeito à recorrente e, muitas vezes, equivocada avaliação que é feita da questão ambiental tomando-se como marco histórico a Eco-92; a outra diz respeito à inserção da dimensão ambiental dentro das prioridades e estruturas governamentais.

Se se avaliar a questão ambiental sob a ótica do que falta, cairemos inevitavelmente na depressão de um amargo pessimismo; se, todavia, olharmos para os avanços constatados nos últimos 50 anos, podemos cultivar um procedente sentimento de esperança.

Houve uma fantástica ampliação da consciência ambiental, hoje transformada em consciência e ação política; houve, por decorrência, um aprimoramento educacional das novas gerações: nossos filhos e netos são incomparavelmente melhores e mais responsáveis do que fomos; o capital começa a entender que não dá para maltratar o frágil equilíbrio da natureza como maltratou (e ainda maltrata) os detentores do fator de produção, chamado trabalho (o grito da terra é muito mais subversivo do que o manifesto comunista de 1848, este propunha o céu na terra, aquele anuncia o inferno na terra com a supressão da vida); houve, finalmente, uma generalizada institucionalização da questão ambiental nas estruturas da organizações governamentais e não-governamentais.

Quanto aos governos, de um modo geral, eles são iguais no plano da abstração retórica. Todos são a favor da sustentabilidade. Todos reconhecem a centralidade política do tema para a humanidade. Muitos fazem até um certo esforço para mudar as coisas. No entanto, a experiência demonstra que a questão não é prioritária. Se fosse, os líderes políticos anunciavam: “este ano o PIB vai crescer 7%, descontados os custos ambientais, o crescimento

sustentado e líquido é de 4%” e não é bem assim que acontece; todos particularizam as políticas ambientais, quando esta componente deveria estar contemplada por todas as políticas públicas. Todos nos seus desenhos organizacionais prevêem uma estrutura setorial para cuidar do meio ambiente. O meio ambiente é um tema matricial. Não pode constituir preocupação e ação fragmentadas. É uma dimensão que deve estar incorporada ao conjunto dos governos.

Ouve-se, todavia, em todos os quadrantes do Planeta a voz da opinião pública mundial e a força da pressão exercida pelas organizações da sociedade civil em favor de um Mundo mais justo e de uma Terra mais acolhedora para se viver. Trata-se de uma luta de todos pela sobrevivência comum. E se depende de nós, é possível ter esperança.

Gustavo Krause

Gustavo Krause nasceu em 1946, em Vitória de Santo Antão, agreste pernambucano.

Concluiu a Faculdade de Direito do Recife e especializou-se em questões tributárias, em Buenos Aires, no Centro Interamericano de Estudos Tributários, como bolsista da OEA. Optou então por seguir carreira na área fazendária do serviço público, em seu estado natal, nela ingressando por concurso público.

Paralelamente, Gustavo Krause exerceu atividades acadêmicas na Universidade Católica de Pernambuco. Na Faculdade de Ciências Humanas ESUDA, tornou-se Professor Titular.

De 1975 a 1979, no Governo Moura Cavalcanti, exerceu o cargo de Secretário da Fazenda do Estado de Pernambuco.

De 1979 a 1982, ocupou o cargo de prefeito da capital pernambucana, a cidade do Recife.

Foi, também, vice-governador de Pernambuco, eleito na chapa de Roberto Magalhães. Devido ao afastamento de Magalhães para disputar uma vaga no Senado, Gustavo Krause assumiu o governo estadual no biênio 1986/87.

Em 1988, foi eleito vereador pelo Recife e em 1990, deputado federal.

Em 1991, ocupou pela segunda vez a Secretaria da Fazenda de Pernambuco. Em 1992, assumiu o Ministério da Fazenda. No governo Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 1998, fez parte do ministério, na pasta do Meio Ambiente.

Como Diretor de Atividades Culturais do Instituto Tancredo Neves, órgão de estudos do PFL, desenvolveu destacada atividade na formação de gestores municipais. Com a sua transformação na Fundação Liberdade e Cidadania, agora filiada ao Democratas, resultante da refundação do PFL, continua fazendo parte da diretoria.

Atualmente é o primeiro suplente do senador Marco Maciel eleito no pleito de 2002.